

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**

RESULTADO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO (PROGRAMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS)

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R\$ 261.325,68 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Ao 10º dia do mês de janeiro de 2024, às 17:00 horas, na sala de reuniões da Gerência de Suprimentos do Hospital Pequeno Príncipe, situada na Avenida Silva Jardim, nº 1639 – 1º andar, bairro Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Contratação da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**, instituída pela Resolução SG nº 001/2024 de 02 de maio de 2024, na forma da legislação vigente, objetivando avaliar a proposta apresentada por fornecedor exclusivo no processo de Inexigibilidade nº 036/2024, conforme condições e preceitos fixados no Plano de Aplicação do Conveniente e na Solicitação de Proposta encaminhada com seus respectivos anexos.

1 – DA JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO E DA UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE

1.1. Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO (PROGRAMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS)**, cujo pagamento das despesas será realizado com recursos financeiros oriundos do **TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**, celebrado com o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF, e a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro até o limite total de R\$ 261.325,68 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos).

1.2. Conforme Parecer Jurídico anexo ao processo (fl. 82), a presente Inexigibilidade tem como fundamento o art. 74, I, da Lei 14.133/2021, tendo restado evidenciado pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – Regional RS, que a empresa **MV SISTEMAS LTDA**, registrada no CNPJ sob número **91.879.544/0001-20**,



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**

trata-se de fornecedora exclusiva para atendimento do item objeto do presente processo de contratação, sendo a única empresa que detém a propriedade intelectual e que está habilitada para realizar as atividades e prestar os serviços almejados, conforme documento anexo ao processo (fl. 39).

1.3. Neste sentido e visando dar continuidade ao processo de aquisição descrito no item 2.1 desta ata, optou-se pela adoção do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em consonância com o parecer jurídico exarado e com a legislação vigente.

2 – DO OBJETO

2.1. O presente processo de Inexigibilidade de Licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO (PROGRAMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS)** conforme condições, quantidades e especificações técnicas detalhadas no **ANEXO I** do documento “**SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA**” encaminhado ao fornecedor via e-mail no dia 17 de dezembro de 2024.

3 – DA HABILITAÇÃO DOCUMENTAL

3.1. Após análise dos documentos que compõem este processo pela Equipe Técnica responsável, observa-se que a empresa **MV SISTEMAS LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ nº **91.879.544/0001-20**, detém as condições necessárias para o fornecimento do objeto desta Inexigibilidade.

3.2. Foram analisados os documentos abaixo da empresa **MV SISTEMAS LTDA**, os quais estão em conformidade com as exigências deste processo (fls 58-78):

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado, sendo aceite certidão simplificada expedida pela Órgão competente;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ);
- Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**

- Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011;
- Carta de Exclusividade.

4 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A formalização da contratação será realizada através de emissão de Contrato e Ordem de Serviço, respeitando o descritivo técnico, a proposta de preço encaminhada pelo fornecedor, bem como os valores e prazos constantes nesta ata.

5 - DA ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A empresa que logrou vencedora compromete-se a dar início à prestação dos serviços decorrentes deste processo de contratação em **até 28 (vinte) dias** após a assinatura do contrato e recebimento da respectiva Ordem de Serviço, totalmente às suas custas.

5.2. O valor global da proposta de preço apresentada pelo fornecedor é de **R\$ 261.325,68 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos)** para fornecimento dos itens objeto do presente processo de aquisição.

5.3. O pagamento do valor contratado está condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/nota fiscal e ao cumprimento integral de todas as obrigações e será efetuado **em até 28 (vinte e oito) dias úteis** após a entrega do objeto.

5.4. O pagamento poderá ser realizado via boleto bancário ou através de transferência bancária ou pix, devendo o fornecedor disponibilizar o boleto para pagamento na entrega do respectivo item ou informar os dados bancários para pagamento na respectiva Nota Fiscal, conforme abaixo:

CNPJ:

Razão Social:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Chave Pix:



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**

Processo de aquisição referenciado: **INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024**

Número do Convênio: **TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**

5.5. O CNPJ/MF do fornecedor constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

5.6. A nota fiscal deverá ser emitida com faturamento para o endereço que consta no CNPJ da CONTRATANTE, qual seja: Avenida Iguaçu, nº 1472, bairro Água Verde, CEP 80240-031, Curitiba-PR.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

5.8. Constatando-se irregularidades na documentação apresentada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE devolverá a nota fiscal para as devidas correções. Ocorrendo a devolução da nota fiscal, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.

6 – DA CONFIDENCIALIDADE

6.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, contribuintes, topologia e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após o fim do processo de aquisição, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE para divulgação.

6.2. As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos no processo de aquisição e necessários à execução de seu objeto, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito à toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, sem prejuízo de perdas e danos.



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024
TERMO DE FOMENTO CEDCA Nº 115/2024 – HOSPITAL DIGITAL**

7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente processo de aquisição e a ordem de compra emitida serão regidos pelas disposições expressas na Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações; pelas disposições da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor; pelo Código Civil Brasileiro; pela Lei Estadual 15.608/07; e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo), ainda que não tenham sido explicitadas neste documento.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Não havendo manifestação de recurso, dar-se-á por adjudicado e homologado o resultado do presente processo pela **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO**.

Nada mais havendo a constar, deu-se por encerrado o presente ato, sendo lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada.

Curitiba, 10 de janeiro de 2025.



Nívia Hanthorne Nita
Coordenadora de Licitações



Pedro Henrique de Andrade Gonçalves
Assistente de Licitações

